



PROGRAMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Direito à saúde e limites normativos e orçamentários na interpretação do TJRJ, STJ e STF.

DATA E HORÁRIO	Período: 10/11/2021 a 15/12/2021 Aula síncrona: 12/11 – das 9h às 11h		
TIPO DE ATIVIDADE <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada;	CARGA HORÁRIA	30 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria síncrona e assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Ambiente Moodle. Acesso em https://virtual.emerj.com.br/ e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	O Direito à saúde como cumprimento dos Direitos Humanos e Direitos fundamentais pelos Tribunais Superiores e de nosso Estado. As políticas públicas de saúde e a interpretação das normas vigentes pelo Poder Judiciário. Reflexos do conceito de saúde nas decisões judiciais. Limitações inerentes à concessão equânime do direito à saúde. O Sistema único de saúde e as distinções entre sistema público e privado. Direitos à saúde e pandemia.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Constitucional; Temas de Direito Civil; Temas em Direito Administrativo; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça; Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade); Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional; Direito, Economia e aplicações práticas.		
JUSTIFICATIVA	Os processos judiciais em temas de saúde representam parcela enorme dos julgamentos pelo Poder Judiciário. Embora nosso sistema de saúde seja único, no Direito há a divisão entre os serviços de saúde prestados pelos entes públicos e os prestados através de seguradoras de saúde privadas. Examinar o cumprimento de Direitos Humanos e fundamentais e as consequências das decisões judiciais para as políticas públicas de saúde é exigência para a o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional em situações exacerbadas pela pandemia.		

OBJETIVO GERAL	Ao final da presente formação o magistrado estará apto a diagnosticar e delimitar os limites de atuação do Poder Judiciário em processos de saúde, estruturando sua atuação para fazer cumprir os Direitos Humanos e Constitucionais diante dos recursos possíveis.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenadora Maria Aglaé Tedesco Vilardo Juíza de Direito Substituta em segundo grau no TJRJ; Doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pelo PPGBIOS, em associação da UERJ, UFRJ, UFF e FIOCRUZ; Coordenadora acadêmica de Direito Civil-Família da EMERJ; Presidente do Fórum Permanente de Biodireito, Bioética e Gerontologia da EMERJ; Presidente do Núcleo de Pesquisas em Bioética e Saúde Social da EMERJ- NUPEBIOS. Possui Formação de Formadores Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4758623347534427</p> <p>Tutora Flávia de Almeida Viveiros de Castro Juíza de Direito. Professora Convidada da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) ESAJ (Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) e Fundação Getúlio Vargas - RJ; Possui Pós-Doutorado em Direitos Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Possui Formação de Formadores Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7284185756149490</p>
AULAS SÍNCRONAS	<p>Maria Aglaé Tedesco Vilardo Juíza de Direito Substituta em segundo grau no TJRJ; Doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pelo PPGBIOS, em associação da UERJ, UFRJ, UFF e FIOCRUZ; Coordenadora acadêmica de Direito Civil-Família da EMERJ; Presidente do Fórum Permanente de Biodireito, Bioética e Gerontologia da EMERJ; Presidente do Núcleo de Pesquisas em Bioética e Saúde Social da EMERJ- NUPEBIOS. Possui Formação de Formadores Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4758623347534427</p> <p>Ligia Bahia Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), mestrado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1990) e doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1999). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Políticas de Saúde Planejamento, principalmente nos seguintes temas: sistemas de proteção social e saúde, relações entre o público privado no sistema de saúde brasileiro, mercado de planos e seguros de saúde, financiamento público e privado, regulamentação dos planos de saúde. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/1810292003452931</p>
DOCENTES CONTEUDISTAS	<p>Flávia de Almeida Viveiros de Castro Juíza de Direito. Professora Convidada da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) ESAJ (Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) e Fundação Getúlio Vargas - RJ; Possui Pós-Doutorado em Direitos</p>

Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7284185756149490>

Daniel Vianna Vargas

Juiz titular da 28ª Vara Cível do TJ/RJ. Juiz Instrutor da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Juiz auxiliar no gabinete do ministro Luis Felipe Salomão no Tribunal Superior Eleitoral. Doutorando e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Mestre em Direito Penal e Ciências Criminais pela Universidade de Barcelona e Universidade Pompeu Fabra (Espanha). Professor convidado dos cursos de Pós-Graduação do CEPED-UERJ, IDP, FEMPERJ, EAGU. Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2062847873682483>

André Felipe Alves da Costa Tredinnick

Juiz do TJRJ. Mestre em Saúde Pública FIOCRUZ/ENSP-EMERJ, Membro do Fórum Permanente de Filosofia, Ética e Sistemas Jurídicos. Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3594482709417467>

Isabel Tereza Pinto Coelho Diniz

Juíza do TJRJ. Doutorado em Direito. Possui Formação de Formadores Enfam.

Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira

Desembargadora do TJRJ. Mestre em Direito. Membro do Fórum Permanente de Processo Civil da EMERJ e do IBDP. Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5049211001579172>

Norma Valeria Dantas de Oliveira Souza

Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Professora Titular do Departamento de Enfermagem Médico-cirúrgica da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ENF/UERJ)

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1202954878696472>

Claudia Garcia Serpa Osorio de Castro

Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), mestrado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz (2002). É professora e coordenadora responsável de disciplinas da ENSP-Fiocruz, supervisora de alunos de pós-doutorado e orientadora de alunos em cursos de doutorado e mestrado.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5793929244314712>

Rafael Martins

Doutorado em Filosofia e Professor Assistente na University of Kansas – EUA.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2938081719142401>

Flávia de Azevedo Faria Rezende Chagas

Juíza do TJRJ. Mestre em Saúde Pública FIOCRUZ/ENSP-EMERJ.

	<p>Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4149910594936639</p> <p>Elizabeth Xavier Mendonça Médica da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Especialista em Clínica Médica pelo Conselho Federal de Medicina. Especialista em Geriatria e Gerontologia pela AMB e SBGG.</p> <p>Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7393203427245344</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>O curso terá 4 módulos de duração de uma semana cada. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, videoaulas de 30 minutos cada e/ou encontros síncronos, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa, em forma de questão formativa ou atividade em ferramentas ativas. Haverá encontros síncronos nos módulos 1 e 3.</p> <p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma divertida e participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso.</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: de 10 e 11/11 Carga horária: 4 horas</p>	<p>Vídeo de apresentação com justificativa, objetivo e estrutura do curso com a coordenadora; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma.</p>
<p>Módulo 1 Período: de 12 a 19/11 Carga horária: 6 horas</p> <p>Aula síncrona – 12/11 das 9h às 11h</p>	<p>DIFICULDADES NAS DECISÕES DE SAÚDE Ementa: O SUS e a divisão entre público e privado. As diversas atuações profissionais da saúde. Direitos humanos.</p> <p>Aula síncrona – 12/11 das 9h às 11h - Abertura do curso e Mesa redonda Docentes: Maria Aglaé Tedesco Vilardo e Ligya Bahia Conteúdo programático: As dificuldades em decidir o direito à saúde no Sistema único de Saúde. O SUS e a divisão entre público e privado. As diversas atuações profissionais da saúde. Direitos humanos. Direito humano à saúde. A atuação profissional. A relação com os pacientes.</p> <p>Vídeo aula: Panoramas Morais. A ética no auxílio da tomada de decisão. Docentes: Rafael Martins Conteúdo programático: A ética enquanto disciplina acadêmica: axiologia, metaética, ética normativa e ética aplicada. As quatro principais vertentes axiológicas (Hedonismo, TSP, TLO e Perfeccionismo) e as cinco teorias morais normativas mais importantes: Ética das Virtudes, Lei Natural, Consequencialismo (Egoísmo Ético e Utilitarismo) e Deontologismo Kantiano.</p> <p>Vídeo aula: O trabalho em enfermagem domiciliar: relevância da atuação e penosidade das condições laborais. Docente: Norma Valeria Dantas de Oliveira Souza</p>

	<p>Conteúdo programático: Prazer e sofrimento no trabalho de enfermagem hospitalar. Configuração do trabalho hospitalar: processo de trabalho e organização laboral Situações de sofrimento no e pelo trabalho: condicionantes e determinantes Situações de prazer no e pelo trabalho: Adoecimento dos trabalhadores de enfermagem no contexto hospitalar. Estratégias promoção da saúde e prevenção de agravos.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p> <p>Ferramenta ativa: Mural Virtual</p>
<p>Módulo 2 Período: de 20 a 26/11 Carga horária: 6 horas</p>	<p>COMPETÊNCIAS E NOVAS QUESTÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE</p> <p>Ementa: Solidariedade dos entes federativos e distribuição de competências na saúde pública. Medicamentos e decisões judiciais.</p> <p>Vídeo aula: Solidariedade dos entes federativos e distribuição de competências na saúde pública. Docente: Flávia de Almeida Viveiros de Castro Conteúdo programático: A solidariedade dos entes subnacionais na questão da saúde pública; evolução da jurisprudência; políticas públicas; previsões orçamentárias e reserva do possível; Adequação das competências dos entes estatais.</p> <p>Vídeo aulas: Ordem judicial para concessão de medicamentos – o caso do canabidiol (parte 1 e 2) Docentes: André Tredinick, Isabel Coelho e Claudia Osório Conteúdo programático: Observações sobre a concessão de medicamentos por ordem judicial.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p> <p>Ferramenta ativa: Wiki</p>
<p>Módulo 3 Período: de 27 a 03/12 Carga horária: 6 horas</p>	<p>SUS, SISTEMA DE REGULAÇÃO DE VAGAS E JURISPRUDÊNCIA</p> <p>Ementa: Sistema de regulação de vagas e internação. Jurisprudência.</p> <p>Vídeo aulas - As internações por ordens judiciais e as tutelas de urgência na judicialização à saúde (parte 1 e 2) Docentes: Flávia de Azevedo Faria Rezende Chagas e Elizabeth Xavier Mendonça Conteúdo programático: O sistema único de saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização e o sistema de regulação das vagas no estado do rio de janeiro. Entendendo a regulação de internação. Diferenças entre o sistema SER e SISREG. Apresentação dos sistemas SER e plataforma SMSRio. Fluxo de atendimento aos mandados judiciais.</p>

	<p>Mandado judicial x Prioridades. Equipes de apoio à regulação de vagas. Regulação e pandemia. Experiência exitosa da informatização do processo de regulação de vagas</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p>
<p>Módulo 4 Período: de 04 a 10/12 Carga horária: 6 horas</p>	<p>TEMAS INQUIETANTES NA SAÚDE</p> <p>Ementa: Taxatividade dos procedimentos de saúde. Ativismo judicial. Jurisprudência de crise.</p> <p>Vídeo aula: A natureza do rol de procedimentos da ANS na saúde suplementar Docente: Natacha Tostes Conteúdo programático: A lista de procedimentos de cobertura obrigatória para os planos de saúde e a ANS. Natureza jurídica. As operadoras dos planos e a obrigação de cobrir procedimentos não incluídos na relação da agência reguladora. Divergência sobre o tema entre as duas turmas que compõem a seção de direito privado do STJ.</p> <p>Vídeo aula: Ativismo judicial. Jurisprudência de crise. Docente: Daniel Vianna Vargas Conteúdo programático: Análise das demandas de saúde e vida e o poder judiciário na sociedade contemporânea. Atuação proativa da magistratura e ativismo judicial. Jurisprudência de crise.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p>
<p>Módulo de Avaliação final De 11 a 15/12 Carga horária: 2 horas</p>	<p>Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das vídeo aulas</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>Leitura obrigatória: Santos, B. & Martins, R. Capítulo 4: Ética. Em Cid, R. Segundo, L. (orgs.) Problemas Filosóficos: Uma Introdução à Filosofia. Editora UFPel, Pelotas, 2020, pg 152. https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2021/01/pf_sdf.pdf Rachels, J. Capítulo 1: Uma Breve Introdução à Filosofia Moral. Em Rachels, R. & Rachels, S. A Coisa Certa a Se Fazer. Trad. Delamar Dutra. 6 ed. AMGH, 2014. Renato Luís Dresch. Federalismo solidário: a responsabilidade dos entes federativos na área da saúde. In http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/126/1127/federalismo-solidario-a-responsabilidade-dos-entes-federativos-na-%c3%81rea-da-sa%c3%9ade.pdf</p>

	<p>Moacyr Rey Filho e Sylvia Patrícia Dantas Pereira. As responsabilidades solidária e subsidiária no federalismo brasileiro: contextualização em matéria de saúde e posicionamento do supremo tribunal federa</p> <p>In file:///c:/users/flaviadecastro/downloads/ojsadmin,+10_574_as+responsabilidades%20(1).pdf</p> <p>Felipe Asensi. Responsabilidade solidária dos entes da federação e “efeitos colaterais” no direito à saúde</p> <p>In file:///c:/users/flaviadecastro/downloads/111658-texto%20do%20artigo-201543-1-10-20160301.pdf</p> <p>Patrícia Ulson Pizarro Werner. A construção das políticas públicas de saúde: competências administrativas, solidariedade processual e desafios para o fortalecimento do sus.</p> <p>file:///c:/users/flaviadecastro/downloads/106887-texto%20do%20artigo-188894-1-10-20151030.pdf</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</p> <p>Rachels, J. & Rachels, S. Elementos de Filosofia Moral. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p> <p>Shafer-Landau Russ. The Fundamentals of Ethics. 4th Ed. OUP, 2017</p> <p>Timmons, Mark. Moral Theory: An Introduction. Rowman & Littlefield, 2013.</p> <p>Jurisprudência: re 855178</p>
<p>AValiação (Total 100 pontos)</p>	<p>Fóruns de discussão: 10 pontos</p> <p>Questões formativas: 10 pontos</p> <p>Mural Virtual: 10 pontos</p> <p>Wiki: 10 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br